

## **O barão do Rio Branco e a defesa da “aliança não escrita” na imprensa**

Renato Cesar Santejo Saiani\*  
Doutorando do PPGH-FCL UNESP Assis  
nasai85@yahoo.com.br

Em carta a Sousa Correia, datada de 1896, o Barão do Rio Branco, frustrado com os rumos da República, sua política externa excessivamente americanista e a busca por uma maior aproximação com os Estados Unidos, fez a seguinte afirmação, “prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos.”<sup>1</sup> O americanismo foi, de fato, um traço marcante da República desde o seu nascimento. O rompimento com as instituições monárquicas abriu espaço para que o país pudesse se desvencilhar da preponderante influência europeia para, finalmente, integrar o sistema continental.

Contudo, essa integração foi efêmera e demonstrou a incapacidade da República de superar a visão negativa construída ao longo do Império e, conseqüentemente, estabelecer ligações estáveis com a América Hispânica. Vale ressaltar que a atuação dos intelectuais brasileiros foi preponderante para consolidar essa imagem sobre os países hispânicos. Anarquia, caos social, atraso, instabilidade, barbárie, autoritarismo e fragmentação eram alguns dos termos mais utilizados por esses autores em suas descrições dos países latino-americanos. Assim, de acordo com Kátia Gerab Baggio,

ainda que o início do período republicano tenha significado um fortalecimento do americanismo no Brasil – rompendo com a presença quase exclusiva da Europa nos interesses dos intelectuais brasileiros – a América Hispânica permaneceu como uma ‘outra’ América.<sup>2</sup>

O enfraquecimento da influência europeia e os insucessos na integração latino-americana contribuíram para que o Brasil republicano estabelecesse, para além dos interesses econômicos, uma estreita relação política com os Estados Unidos. Exatamente nesse ponto, a afirmação do Barão do Rio Branco, reproduzida no início do texto, ganha sentido. A despeito das tentativas de aproximação entre os dois

países na primeira década republicana, marcada por crises econômicas, políticas e sociais, foi com Rio Branco, enquanto ministro das Relações Exteriores entre os anos de 1902 e 1912, que Brasil e Estados Unidos construíram e solidificaram sua “aliança não escrita.”<sup>3</sup>

A objetividade e o pragmatismo, aliados à capacidade de se adequar às situações concretas ou necessidades imediatas, mesmo quando em clara contradição com opiniões anteriores ou preferências expressadas, eram características permanentes na ação de Rio Branco. Tendências essenciais para seu sucesso e durabilidade no cargo ministerial e que tornaram a amizade com os Estados Unidos um dos pilares de sua política externa, com a qual se contemplavam interesses múltiplos, entre os quais merecem destaque a satisfação da economia agroexportadora; a proteção frente a possíveis tentativas de uma nova dominação europeia; neutralização dos Estados Unidos em possíveis querelas com os vizinhos hispano-americanos; apoio ao projeto de liderança na América do Sul; e o fortalecimento de uma pretensa política de prestígio internacional.

Além desses aspectos, um dado importante para o entendimento da solidez nas relações entre os dois países é a interpretação pragmática dada por Rio Branco à Doutrina Monroe, ao Corolário Roosevelt e ao Pan-Americanismo. A doutrina professada por James Monroe teve na América Latina uma acolhida com pouca receptividade. As nações hispânicas sempre a olharam com desconfiança e nunca a reconheceram oficialmente, apenas recorrendo a ela em momentos pontuais. O Brasil seguiu em uma corrente oposta, demonstrando uma tendência positiva em relação a essa doutrina. Exemplo marcante foi o seu pronto reconhecimento, em 1823, com o objetivo de defesa e consolidação da recém-declarada independência brasileira. Rio Branco reconhecia sua importância, mas não a aceitava de forma pacífica e buscava, segundo Bradford Burns, “compartilhar suas responsabilidades e benefícios com os Estados Unidos, tornando-a parte do direito hemisférico implementável pela ação cooperativa das principais repúblicas do continente.”<sup>4</sup> Nesse sentido, para ser aceitável, a Doutrina Monroe deveria ser uma responsabilidade do continente com base em uma interpretação coletivista.

O Corolário Roosevelt, por sua vez, reeditou a Doutrina Monroe e buscou resolver os dilemas deixados pela crise venezuelana de 1902.<sup>5</sup> Assim, definiu-se que

qualquer perturbação da ordem ou desrespeito a contratos em alguma parte do Hemisfério Ocidental, os Estados Unidos poderiam se ver forçados a cumprir o papel de “polícia internacional”. Assim, as nações devedoras ou politicamente instáveis, inseridas nas zonas de influência norte-americana, não sofreriam intervenções europeias, mas estavam sujeitas a uma ação militar ianque para evitar violações à Doutrina Monroe. Para Rio Branco, os termos enunciados por Roosevelt não deveriam causar agitação no país:

Não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul – o Brasil, o Chile e a Argentina – se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt (...). Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer “bom uso da sua independência”, ou que deva ser aplicado pelos mais fortes o “direito de expropriação contra os povos incompetentes”, direito proclamado há tempos pelo atual presidente dos Estados Unidos.<sup>6</sup>

Por fim, o pan-americanismo encontrou em Rio Branco um forte entusiasta, que materializou suas aspirações na realização, em território brasileiro, da III Conferência Pan-Americana. Prestigiado pela presença do Secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, o Brasil buscou harmonizar a América Hispânica com os Estados Unidos, tornando estes melhor aceitos pelo resto do hemisfério. Além disso, outras duas ações foram fundamentais para alimentar o pan-americanismo: a resolução das questões fronteiriças, eliminando antigas causas de desavença; e a consolidação de uma ideia de harmonia regional, revertendo o intervencionismo monárquico para a abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e de prestígio em relação à estabilidade dos governos instituídos, quaisquer que fossem eles.

Assim, os interesses estratégicos de Rio Branco, e também do governo dos Estados Unidos, aliados a uma interpretação positiva das doutrinas norte-americanas, pretendidas como protecionistas e unificadoras, levaram à construção de uma aliança informal, não escrita, entre as duas maiores repúblicas do continente. Essa aproximação definiu um alinhamento raramente abalado entre os dois países que se apresentava em diferentes situações. Quando da ingerência norte-americana na independência do Panamá, o Brasil rapidamente reconheceu a nova república e coordenou esforços para que os principais países do continente também o fizessem. Além disso, atuou como mediador entre Chile e Estados Unidos no caso ALSOP<sup>7</sup> e buscou alinhar os países do contexto sul-americano a uma política de amizade com

os norte-americanos. O Brasil, por sua vez, recebeu apoio estadunidense na conturbada definição de fronteiras com o Peru, na enérgica atitude frente ao caso da *Panther* e na prestigiosa visita de Elihu Root ao Brasil.

A expressão concreta dessa amizade foi a modificação do *status* de suas legações para embaixadas, em 1905. A despeito de parecer uma ação sem maiores importâncias, no início do século XX, as embaixadas eram raras, características exclusivas das grandes capitais. No ano de 1904, Washington possuía apenas sete – Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e México – enquanto o Brasil não contava com nenhuma. Tal realização tornava-se ainda mais expressiva se observarmos a inexistência de embaixadas norte-americanas na América do Sul e a existência de apenas uma em toda a América Latina. Para ocupar o cargo recém-criado em Washington, Rio Branco nomeou Joaquim Nabuco, que passou a exercer, em consonância com o Ministério brasileiro, uma política de consolidação e manutenção da amizade entre os dois países.

A definição dessa aproximação e a elevação das embaixadas teve boa recepção na sociedade brasileira, mas não foi unânime. Nos setores intelectuais, ocorreu um intenso debate, marcado pela heterogeneidade dos posicionamentos, mesmo dentro de grupos que, aparentemente, defendiam os mesmo ideais, colocando, assim, importantes intelectuais brasileiros em oposição.

De um lado, críticos da política expansionista dos Estados Unidos, como Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*, 1893), Oliveira Lima (*Pan-Americanismo*, 1907), José Veríssimo (em vários artigos publicados n' *O Imparcial* e no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro), e Manoel Bomfim (*A América Latina*, 1905, e outras obras). De outro, defensores ardorosos do pan-americanismo, como Joaquim Nabuco (em discursos e artigos), Artur Orlando (*Pan-Americanismo*, 1906) e Euclides da Cunha (e artigos e cartas, mas sem o mesmo entusiasmo dos colegas), situando o tema como um dos mais frequentes do debate intelectual na virada do século.<sup>8</sup>

Certamente Joaquim Nabuco e Oliveira Lima marcam os extremos dessa lista. Nabuco, um dos próceres da resistência monarquista até fins da década de 1890, assumiu, na virada do século, uma aceitação resignada da conquista da estabilidade republicana. Assim como o Barão do Rio Branco, de quem era amigo pessoal, acabou absorvido e aproveitado pela República em diferentes cargos oficiais, dentre os quais o de maior relevância foi o de Embaixador em Washington. Os anos passados nos Estados Unidos e sua relação de proximidade com a política externa desenvolvida por

Rio Branco acabaram por despertar no diplomata uma intensa admiração pelo país do norte e uma defesa inabalável do *monroísmo* e do pan-americanismo. Para Nabuco, se os Estados Unidos representavam o exemplo mais bem definido de república, com instituições sólidas e economia estável, seria natural que exercessem papel de liderança no continente:

Ninguém é mais do que eu partidário de uma política exterior baseada na amizade com os Estados Unidos. A doutrina de Monroe impõe aos Estados Unidos uma política externa que se começa a desenhar, e, portanto, a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos e a maior das marinhas (...) Para mim a doutrina Monroe (...) significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra.<sup>9</sup>

Nota-se uma adesão incondicional de Nabuco ao *monroísmo*, fugindo do que era proposto por Rio Branco. Tomou a preponderância norte-americana no continente como algo inevitável e até positivo. Para reafirmar sua posição buscou veementemente modificar as disposições antiamericanas existentes em alguns setores da diplomacia e da política brasileira, sobretudo para aqueles que temiam o imperialismo norte-americano. Nesse sentido, a realização da III Conferência Pan-Americana seria, para o Brasil e os demais países do continente, uma possibilidade de diálogo e superação das desconfianças em relação aos Estados Unidos:

(...) É necessário que as Repúblicas Americanas não julguem o papel que os Estados Unidos tiveram e têm que representar para defender a doutrina Monroe, como ofensivo de modo algum ao orgulho e dignidade de qualquer delas, mas, ao contrário, como um privilégio que todos devem apoiar, ainda que seja com sua simpatia e gratidão. Isso será, sem dúvida, o resultado final da Conferência Pan-Americana (...).<sup>10</sup>

Oliveira Lima, por sua vez, representava as críticas de oposição mais exaltadas em relação aos ideais defendidos por Rio Branco e, ainda mais, em relação à defesa perpetuada por Joaquim Nabuco. Em sua obra *Pan-Americanismo*, coletânea de artigos escritos entre 1903 e 1907 e publicados nos *Diário de Pernambuco* e *O Estado de S. Paulo*, discutia, em meio à realização da III Conferência Pan-Americana, questões sobre a Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt e as relações com o continente americano.<sup>11</sup> O autor se demonstrava resistente à aceitação da Doutrina

Monroe, pois a considerava um instrumento de substituição da preponderância europeia sobre a América Latina pelo domínio norte-americano e afirmou:

É força ter presente que a doutrina de Monroe só veda conquistas na América aos europeus, não as veda aos americanos do norte. (...) não há que fazermos ilusões, o período que atravessamos é de imperialismo, portanto, de ameaça latente.<sup>12</sup>

Criticava diretamente a política externa brasileira ao compará-la com a das demais repúblicas hispano-americanas, que se colocavam em posição de resistência ao domínio norte-americano, enquanto o Brasil “sentia que nada tinha a temer e até se sentia com vigor para aspirar e dividir com os Estados Unidos a hegemonia hemisférica.”<sup>13</sup> Para consolidar sua posição relembrou a Guerra Hispano-Americana, de 1898, na qual os Estados Unidos agiram não pela defesa do território cubano, mas sim pela defesa de seus interesses comerciais. Além disso, impuseram a Cuba um estado de total dependência em relação aos Estados Unidos e transformaram Porto Rico e Filipinas em colônias.

As notáveis divergências entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima dão a amplitude da complexidade desse debate entre os intelectuais brasileiros. Controvérsia que também se estendeu para a imprensa, setor no qual Rio Branco gozava de grande prestígio, não só por suas conquistas à frente do Ministério das Relações Exteriores, mas também por ser um articulista ativo e manter laços de amizade com proprietários e editores das principais folhas do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio* e *O Paiz* eram considerados as principais vozes de Rio Branco na imprensa e referendavam a aproximação com os Estados Unidos e, sobretudo, a elevação das embaixadas. Tal aproximação era vista como um novo momento na política externa brasileira:

A habilidade do ilustre Sr. Ministro das relações exteriores não se afirmou somente liquidando ou promovendo a liquidação das últimas questões de limites que ainda traziam suspensas, como aproximando-nos das nações vizinhas e aliando-se a elas em obras de interesse continental (...) Acentua-se agora ainda mais nitidamente a firmeza com que prosseguimos essa política de realçamento do nosso prestígio com o ato que criou a embaixada brasileira em Washington, seguido imediatamente da elevação à embaixada da legação americana no Brasil. Não era possível dar ao mundo demonstração mais frisante do grau de simpatia e amizade que existem entre as duas grandes repúblicas do continente americano. Ligadas por sólidos interesses comerciais que se desenvolvem progressivamente, tendo por



destino uma ação paralela, *leaders* naturais das duas partes do continente, a amizade estreita entre elas é um fato que decorre naturalmente de suas posições e da situação que cada uma ocupa. Nada pode ser mais auspicioso para o continente que esse fato (...) <sup>14</sup>

Mais adiante, o jornal seguia com sua exaltação dos atos de Rio Branco, reconhecendo no diplomata o responsável por uma nova fase da política externa brasileira:

(...) O gênio político do Sr. Rio Branco não se deixou iludir: ele percebeu sem dificuldades que o que estava na linha do interesses da grande nação americana não era senão estreitar com o Brasil relações que sempre foram cordialíssimas e que cada vez melhor se cimentavam com repetidas demonstrações de simpatia. O ato excepcional da criação recíproca de embaixadas, as primeiras na América, é o atestado brilhantíssimo da exatidão de seu modo de ver e representa para o continente a dissipação de todos esses temores fantásticos e uma garantia eficaz de que não triunfarão facilmente quaisquer ataques indébitos e injustificados com que o mero abuso da força se queira fazer sentir. A *entente cordiale*, que assim se estabelecer entre as duas grandes nações da América, assinala uma nova fase de vida, fecunda em benefícios de toda a ordem, que o Brasil deverá ao grande espírito que em boa hora assumiu a responsabilidade, não de dirigir, senão de criar a sua política exterior. <sup>15</sup>

Apesar de extensos, os trechos acima demonstram como *O Paiz* estava alinhado à política desenvolvida por Rio Branco. As duas nações eram vistas como as grandes potências do continente e, por direito, deveriam exercer uma espécie de liderança compartilhada. Assim, a elevação das embaixadas vinha consolidar o elo de amizade entre as duas nações e permitiria um contato direto entre os governos, o que traria benefícios e prestígio para o Brasil.

José do Patrocínio, figura ilustre do abolicionismo e da campanha republicana, publicou, também nas páginas d'*O Paiz*, artigo que aprovava a criação das embaixadas e a política externa de Rio Branco, considerado pelo autor como a “encarnação genial mais completa de clarividência diplomática e intuição do futuro (...) espécie de Bismarck da paz (...)” <sup>16</sup>. Observava também que o Brasil, merecedor da confiança norte-americana, já vinha desempenhando uma missão civilizadora na América do Sul e tinha por direito compartilhar, em igualdade com o país do norte, a tutela da parte sul do continente:

Demo-nos parabéns pela alta situação intelectual e histórica, em que nos achamos, para corresponder a gentileza do governo de Washington, distinguindo o nosso governo com a mais elevada categoria de sua

representação diplomática, como início de um trabalho em comum para a emancipação do continente americano do cativeiro da desordem (...). Essa política que os Estados Unidos se julgam com o direito de exercer em benefício da civilização, o Brasil a exerceu, sabia e desinteressadamente, desde o alvorecer de sua história diplomática. Ele foi a ronda vigilante da ordem e da liberdade, pronto a acudir para salvar dos horrores da caudilhagem e do despotismo as nações desoladas por esta dura privação (...). Por inspiração, necessidade e conta própria a nossa pátria adiantou a política da ordem continental de tal modo, que a iniciativa do monroísmo não tem, como pode parecer, o mérito da originalidade (...).<sup>17</sup>

Não obstante, opiniões com diferentes tons surgiram nas páginas de periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo. O *Correio da Manhã* publicou um artigo assinado por Gil Vidal, pseudônimo do coeditor Leão Velloso Filho, no qual discutia a orientação dada à Doutrina Monroe pelo presidente Theodore Roosevelt e a satisfação com que os países europeus e a imprensa desses países, sobretudo a inglesa, receberam essa nova postura que assegurava o apoio norte-americano aos seus interesses feridos. Encerra seu editorial indicando que a postura positiva da Europa era temerosa ao Brasil que precisaria se preocupar com duas frentes: manter em dia o pagamento de seus débitos com a Inglaterra e lidar com a nova postura dos Estados Unidos, país com o qual tinha relações estreitas:

Ao Brasil, república americana devedora do capitalismo europeu, não lhe pode ser indiferente o novo monroísmo, nem a apreciação do que lhe faz a imprensa estrangeira, mormente a da Inglaterra, onde estão os principais credores do Brasil. Cremos portanto, prestar aos nossos compatriotas um serviço, inteirando-os de tudo o que sobre o assunto de tamanha importância para o nosso país se vai dizendo e escrevendo entre nações que disputam o domínio do mundo.<sup>18</sup>

O *Commercio de São Paulo* demonstrava incredulidade em relação à criação de uma Embaixada em Washington. Considerava justificável tal ação em Portugal, pelos claros motivos históricos, ou em Londres, “sede das nossas transações financeiras (...), justificar-se-ia, até uma certo ponto, a embaixada junto à Santa Sé, para corresponder a gentileza do Papa, que elevou a nuncio o seu agente diplomático.”<sup>19</sup> É interessante notar que o autor ignora totalmente a mudança de eixo da política externa brasileira e, acima de tudo, a preponderância dos Estados Unidos na economia brasileira. Poucos dias depois, o periódico trazia outro artigo no qual o autor reafirmava a insatisfação e discutia, com inflamada ironia, as impressões positivas manifestadas pela imprensa europeia:



Como é que aqui poucos atinaram com a maravilha? Decididamente, nada há que se compare com as opiniões viajadas, muito embora reflitam apenas a inspiração de nossos agentes, ou estipêndio que os seus autores embolsam pelas amabilidades.<sup>20</sup>

O *Jornal do Brasil* via nas embaixadas uma megalomania condenável, um mero luxo injustificável, sobretudo em um país que não possuía Exército e Marinha adequados às exigências da moderna arte da guerra.<sup>21</sup> De fato, a situação das Forças Armadas Brasileiras era deplorável no início do século XX. Contudo, já existiam discussões no Congresso em relação a um projeto de rearmamento naval e equiparação do Exército. O plano foi amplamente apoiado pelo Barão do Rio Branco, defensor da ideia de que

diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo a violência com violência.<sup>22</sup>

O periódico carioca acentuou suas críticas quando se referiu à intensa aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Via nesse caminho um grave erro em matéria de política internacional, principalmente por vislumbrar, na postura assumida pelo governo Roosevelt, o perigo do imperialismo norte-americano e a sombra que este projetava sobre a América Latina:

Este é que é o ponto que mais importa ao povo brasileiro, porquanto, dadas as circunstâncias humilhantes, proclamadas ostensivamente e oficialmente pelo presidente dos Estados Unidos e pela sua imprensa, no sentido de reduzirem a América Latina a um grande feudo dos norte-americanos, que, petulantemente, arvoram a bandeira aviltante do protetorado, a criação, neste momento, de uma embaixada brasileira em Washington, com menoscabo das relações diplomáticas que mantemos com as outras nações amigas, algumas das quais são muito mais merecedoras desta distinção, constitui, nos termos em que foi isso realizado, um reconhecimento da situação de tutelados submissos do dominador do Norte (...) a ponto de admitir a possibilidade de uma intervenção da sua afrontosa polícia internacional quando lhe parecer que a gente do governo não seja bastante ilustrada e progressista. É contra essa suprema afronta que com todo o povo brasileiro protesta e protestará sempre o "Jornal do Brasil."<sup>23</sup>

A essas críticas, Rio Branco respondeu no mesmo tom. Fez publicar no *Jornal do Commercio*, sob o pseudônimo J. Penn, o longo artigo *O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo*. O diplomata abriu o artigo com a seguinte afirmação:

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e de Washington têm sido, nestes últimos anos, censurados, às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõem genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império.

Levaram esses censores a mal a maior aproximação que os presidentes Rodrigues Alves e Theodore Roosevelt promoveram entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mostraram-se em várias ocasiões ingratamente desdenhosos da doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois governos de elevar cada um a categoria do seu representante diplomático junto ao outro.<sup>24</sup>

Após essa introdução, Rio Branco estruturou seu artigo com base em uma compilação de textos e documentos históricos para justificar, pela tradição, que o estreitamento das relações bilaterais, marcadas pela amizade e apoio mútuo, estava estabelecido desde a independência brasileira. Dentre os documentos utilizados pelo diplomata destacam-se: Decreto de nomeação de um representante de negócios estrangeiros nos Estados Unidos (primeira nomeação diplomática de D. Pedro I); Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio, de 1828; trecho da obra de Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*; e transcrição de um discurso do ministro plenipotenciário norte-americano no Brasil em 1857.

A despeito de apresentar grande variedade de documentos, dois pontos eram fundamentais na argumentação de Rio Branco: o reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos e a aceitação da Doutrina Monroe pelo Brasil. Eduardo Prado, em sua obra *A Ilusão Americana*, de 1893, afirmava que por

ocasião da Independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade dos americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil foi que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia.<sup>25</sup>

Rio Branco refutou a posição de Eduardo Prado e apontou sua falta de conhecimento, pois “o governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a Independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo tratado concluído no Rio de Janeiro.”<sup>26</sup> A postura crítica do diplomata em relação a Eduardo Prado ganha mais interesse se considerarmos a amizade e admiração construída por ambos e que resistiu até o falecimento de Prado em 1901. Mais sintomático é constatar que Rio Branco era reconhecidamente colaborador nas obras de Eduardo Prado, mas seu pragmatismo

de momento o impelia a refutar opiniões e concordâncias que, possivelmente, harmonizavam com as de Eduardo Prado quando esse publicou sua obra em meados da década de 1890.

Do ponto de vista norte-americano o reconhecimento da independência fortaleceria a sua presença no cenário político do continente, especialmente se colocada dentro dos limites das aspirações proclamadas pela Doutrina Monroe. O Brasil, por sua vez, possuía interesses diretos na postura assumida pelos Estados Unidos, principalmente pelo temor de uma tentativa de retomada do domínio português. Rio Branco utilizou esse interesse mútuo para exaltar a pronta aceitação brasileira da Doutrina de Monroe:

Qual o governo, neste nosso continente, que primeiro aceitou a chamada doutrina de Monroe? Pode-se responder sem hesitação: o governo imperial do Brasil (...). Assim, o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma aliança ofensiva e defensiva com a “grande nação do norte”, como lhe chamavam já então os próceres da Independência brasileira.<sup>27</sup>

A busca por constituir essa aliança ofensiva e defensiva foi proposta pelo representante brasileiro nos Estados Unidos, José Silvestre Rebêlo, junto ao Secretário de Estado norte-americano, John Quincy Adams, com o objetivo de fortalecer o apoio estadunidense em um eventual ataque português ou de qualquer outra potência europeia. Apesar de reafirmar os preceitos da Doutrina Monroe, os Estados Unidos declinaram da formação da liga em decorrência de considerarem inexistente a ameaça portuguesa ao Brasil. Em contrapartida, propuseram a assinatura de um Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio, firmado em 1828.

Rio Branco seguiu com sua apreciação até atingir a atuação de D. Pedro II, já em meados da década de 1870, e de sua declarada admiração pelo país do norte. Dos sentimentos positivos do imperador destaca a viagem aos Estados Unidos em 1876, em decorrência das comemorações do centenário da independência norte-americana e a pressa e satisfação com que nomeou delegados do Brasil para a I Conferência Pan-Americana de 1889 em Washington. Por fim, reafirma a manutenção das boas relações com os Estados Unidos ao longo de todo o século XIX, mesmo em momentos de incidentes diplomáticos ou discordâncias políticas, e conclui:

Esses sentimentos, manifestados então e em muitas outras ocasiões, são os que ainda hoje estão animando os dois governos, de Washington e do Rio de Janeiro, como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e seria ocioso recordar.

Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil, já encontrou uma missão sul-americana que pedia, contra nós, o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904 no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e com o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores (...)

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que cultivaram os nossos maiores.<sup>28</sup>

A conclusão do artigo indica claramente que a atitude pró-americana de Rio Branco era resultado de sua agudeza política frente às condições do cenário político continental. Assim, a amizade norte-americana, consolidada pelas embaixadas, possuía um caráter predominantemente pragmático, pois mesmo que não garantisse ao Brasil o apoio ostensivo dos Estados Unidos nas pendências com seus vizinhos, contribuía para, ao menos, neutralizar eventuais reclamações e pressões dos norte-americanos em querelas regionais. Embora generoso e exagerado em suas interpretações, o artigo era apoiado no grande conhecimento histórico do diplomata, o que conferia alto teor de persuasão a seus argumentos. Tal construção desarmou os críticos de Rio Branco e, pouco a pouco, as restrições à sua política externa perderam força.

Vale notar também que o texto demonstra uma tendência de reinterpretar a narrativa histórica das relações entre Brasil e Estados Unidos. Buscou descolar sua política externa dos primeiros arroubos de americanismo implementados no início da República por Quintino Bocaiuva, Salvador de Mendonça e outros republicanos. Rio Branco buscou difundir uma imagem da manutenção de estreitas relações entre os países desde a fundação do Império. Com isso, atenuava-se a ruptura representada pela mudança de regime, eclipsando a tradição imperial de distanciamento do contexto continental e também da existência de conflitos e discordâncias com os norte-americanos. Assim, desconstruía a identificação do americanismo com a República em um claro movimento de valorização da diplomacia Imperial. Essa

interpretação novamente marca o pragmatismo empregado por Rio Branco à sua política externa, pois a estabilidade do Império dava maior sustentação ao diplomata do que a convulsão da primeira década republicana. Rio Branco abria, assim, possibilidade de construir uma política externa inteiramente nova baseada em ações e necessidades concretas e que permitisse ao Brasil projetar-se no cenário internacional, além de exercer papel de liderança na parte do sul do continente. Mas, para isso, a aproximação com os Estados Unidos era fundamental, mesmo que contrariasse alguns princípios proferidos anteriormente.

---

\* Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis. Agência financiadora: CAPES.

<sup>1</sup> Carta a Sousa Correia apud LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 143.

<sup>2</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. *A “Outra América”*: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Tese de Doutorado, Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, p. 209

<sup>3</sup> O conceito de “aliança não escrita” foi desenvolvida pelo historiador norte-americano, E. Bradford Burns, e busca compreender as relações entre Brasil e Estados Unidos em um período em que a reciprocidade e o apoio mútuo se consolidaram e ultrapassaram a necessidade de definição formal de um tratado diplomático de caráter bilateral. Cf. BURNS, E. Bradford. *A Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 185-186.

<sup>5</sup> Em 1902, a Venezuela sofreu um bloqueio naval imposto pela Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, como meio de exigir o pagamento da dívida pública contraída pelo governo daquele país. O presidente Cipriano Castro acreditava que os Estados Unidos, defendendo os preceitos da Doutrina Monroe, impediriam a ação militar europeia. Contudo, o governo norte-americano, consultado previamente pelos europeus, assumiu uma postura de neutralidade, sobretudo por considerar que a ação não resultaria em ocupação territorial. Quanto ao Brasil, Rio Branco assumiu uma postura de alinhamento com os Estados Unidos por concordar que o bloqueio não visava ocupar territorialmente o território venezuelano. Cf. BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.147-149; STUART, Ana Maria. *O bloqueio da Venezuela em 1902: suas implicações nas relações internacionais da época*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>6</sup> AHI. Despacho reservado para Washington, 31/01/1905 apud LINS, Álvaro Lins. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 143.

<sup>7</sup> Crise diplomática entre Estados Unidos e Chile em decorrência da ação da empresa norte-americana ALSOP, que recebeu da Bolívia concessões para exploração de minerais, mas que não foram reconhecidas pelo Chile após a Guerra do Pacífico. A companhia tinha o apoio do governo norte-americano que buscou resolver a pendência por meio de arbitragem. Contudo, tal ação foi recusada pelo governo chileno e os Estados Unidos ameaçaram romper relações diplomáticas caso a reclamação da empresa não fosse atendida. Cf. BURNS, Op. Cit., p. 167-169.

<sup>8</sup> BAGGIO, Op. Cit., p. 52.

<sup>9</sup> NABUCO, Joaquim apud ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1950, p. 52-53.

<sup>10</sup> NABUCO, Joaquim apud NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 241.

<sup>11</sup> BAGGIO, Op. Cit., p. 69.

<sup>12</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Pan-Americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 99-100.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 42

<sup>14</sup> ANÔNIMO. Política Americana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 08 jan. 1905, p. 01.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 01.

- 
- <sup>16</sup> PATROCÍNIO, José do. A Embaixada. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1905, p. 01.
- <sup>17</sup> Ibidem, p. 01.
- <sup>18</sup> VIDAL, Gil. O novo monroísmo e a imprensa inglesa, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1905, p. 01.
- <sup>19</sup> DAVID. Notas fluminenses. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1905, p. 01.
- <sup>20</sup> DAVID. Notas fluminenses. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, 19 jan. 1905, p. 01.
- <sup>21</sup> ANÔNIMO. As Embaixadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1905, p. 01.
- <sup>22</sup> RIO BRANCO. "Homenagem do Exército Nacional". In *Coleção Obras do Barão do Rio Branco: Discursos (IX)*. Rio de Janeiro: Funag, 2012, p. 156.
- <sup>23</sup> ANÔNIMO. As Embaixadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1905, p. 01.
- <sup>24</sup> PENN, J. O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1906, p. 01.
- <sup>25</sup> PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Editora Braziliense, 1961.
- <sup>26</sup> PENN, Op. Cit., p. 01.
- <sup>27</sup> Ibidem, p. 01.
- <sup>28</sup> Ibidem, p. 01.